

**ARTIGO****TEPEQUÉM, DO GARIMPO AO TURISMO, TEPOKING (REI DOS TEPUIS).**

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo demonstrar a trajetória sócio histórica da região do Tepequém quando do surgimento do garimpo de ouro e diamantes no início do século XX. Desta trajetória apontamos seus desdobramentos sócio territoriais e político econômicos atuais com a inserção do turismo sem planejamento e o seu devido ordenamento e os fenômenos resultantes desse processo chamado de turistificação. Fenômeno este que impele de forma avassaladora uma dinâmica sócio econômica expropriadora e desterritorializadora na comunidade onde se instala.

**Palavras-chave:** História, garimpo, turismo.

**TEPEQUÉM, DO GARIMPO AO TURISMO, TEPOKING (REI DOS TEPUIS).**

As paisagens das regiões acabam mudando suas funções com o passar do tempo, seja do ponto de vista político, econômico ou social. Este parece ter sido o caso da Serra do Tepequém, região disputada por um modelo econômico intenso, descontrolado, predatório e concentrador de riquezas nos anos 50, 60 e 70, tendo como principal atividade o garimpo. Esse modelo pode ser constatado na própria modificação do ambiente como na cachoeira do Funil que adquiriu tal formato após

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Sociais com Habilitação em Antropologia pela UFRR, e Pós Graduando em Gestão para o Etnodesenvolvimento pelo Núcleo Histórico Socioambiental – NUHSA/UFRR

<sup>2</sup> Doutor em História. Professor Adjunto do Departamento de História da UFRR.

inúmeras explosões de dinamites feitas por garimpeiros. Com o fim do ciclo do ouro e do diamante na década de 1990, a região do Tepequém parece ter encontrado uma nova vocação, o “turismo de aventura”, uma indústria que mesmo dentro do capitalismo é pouco poluente, capaz de distribuir renda e gerar riquezas ao invés de concentrá-las nas mãos de poucos.

Temos poucos registros de pesquisadores que relatam sobre os primeiros habitantes dessa região, porém é bom afirmar que boa parte das localidades diamantíferas da região encontram-se todas em áreas indígenas, como a própria Serra do Tepequém, rio Tacutu, rio Caranguejo, rio Quinô, rio Cotingo, rio Uraricoera e o alto Surumú. De acordo com o mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju de 1944, essas regiões eram, há muito tempo, povoadas por diversas etnias, entre as quais Nimuendaju destaca os Siriná, Saporá, Macuxí, Wapixana, Patamona, Ingaricó além de outros. Muitos deles segundo o autor chegaram a esses locais já no século XVI<sup>3</sup>.

Tepequém hoje pertence ao Município do Amajari e se concentra em uma área de 12.000 Km<sup>2</sup> localizada no centro de uma bacia fechada com altitude de 550 a 1022m . Está localizada acerca de 204 Km da capital do estado Boa Vista servida por boas estradas, ficando entre o rio Amajari ao norte, e ilha de Maracá ao sul.

Apesar de encontrarmos alguns registros da extração de ouro e diamantes no Rio Branco antes da década de 30 do século passado, os anos de 1936 a 1939 são considerados o início do "boom" da exploração de ouro e diamantes por garimpeiros, inclusive sendo a atividade reconhecida pela Coletoria Federal de Boa Vista. A partir dessa data, o interior da região, principalmente nas margens dos grandes rios e das serras, passou a ser vasculhado com o objetivo de encontrar pontos específicos para o estabelecimento dos garimpos.

Nas crônicas do Rio Branco, enviadas ao Rio de Janeiro, pelos Monges beneditinos encontramos pela primeira vez notícias a respeito da exploração mineral na região. Em uma de suas viagens de desobriga, Dom Alcuino estabeleceu contatos sistemáticos com o experiente garimpeiro Severino Pereira da Silva que, vindo da Paraíba vivia na região do Cotingo há mais de

---

3 Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju, Editado em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro. IBGE; 1981.

processo de mineração de diamante na região do Tepequém, como também o de fazer propaganda sobre o potencial mineral, incentivando dessa forma uma forte migração para o local, dando início a mais uma frente de expansão econômica, aumentando sensivelmente os problemas das relações interétnicas na região. Segundo D. Alcuino,relata que Severino “em 1936 foi até o Rio de Janeiro de avião levando muitos quilos de ouro e não sei quantos diamantes, fazendo com que muitos nordestinos e gente do Pará e Manaus etc... viessem a tentar fortuna nos garimpos”<sup>4</sup>

Rodrigues<sup>5</sup> ao fazer pesquisas na região, acabou revelando, por meio da oralidade de seus moradores, um pouco da história dessa localidade. Segundo essa fonte, em 1930 foi um dos inúmeros fazendeiros ligados a pecuária da região cujo nome era Antônio Piauí que financiou, não sabemos se a primeira, mas uma excursão a serra do Tepequém com o objetivo de verificar seu potencial mineral. Um ano depois, o Geólogo guianense de nome Bruston verificou ocorrências de diamantes, mas foi somente em fins de 1936 e início de 1937 que teve início, efetivamente, a exploração de diamantes na Serra do Tepequém. Segundo essa mesma fonte, o Tepequém já foi considerado um dos maiores produtores de diamantes a céu aberto capaz de atrair milhares de pessoas para o atual estado de Roraima, o que vem confirmar as palavras do Monge D. Alcuino Meyer e seu informante.

Na região de Tepequém, fronteira com a Venezuela, local até então de difícil acesso, havia entre os anos de 1944 a 1947, aproximadamente 1500 habitantes, entre os quais, um número considerável de garimpeiros à procura principalmente de diamantes.<sup>6</sup>

Para Barbosa<sup>7</sup> a população do Tepequém foi sempre muito oscilante, de maneira que entre 1941 e 1943, havia cerca de 1000 habitantes estabelecidos, dentre esses, 400 eram garimpeiros. Na década de setenta, no

---

4 Carta de Dom Alcuino Meyer, da Fazenda do Caranguejo, ao Arquiabade do Mosteiro de São Bento. Datada de 01 de Janeiro de 1940.

5 RODRIGUES, Francilene dos Santos. “Garimpendo” A Sociedade Roraimense: Uma Análise da Conjuntura sócio-política. Belém. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Pará. 1996.

6 VIEIRA, Elaine Machado. A Exploração de Diamantes em Roraima - 1939 a 1970. Santa Maria. UFSM: 1971

7 BARBOSA, Reinaldo. In Francilene Rodrigues dos Santos, op.cit.pag. 81

Governo do Brigadeiro Hélio Campos, essa região mereceu um destaque especial devido ao grande número de habitantes, na ocasião foi instalado um serviço de rádio difusão. Já em 1982 teria sido registrado o maior número de habitantes: 3000. Na década de 1990, a população decresceu, passando para 1800, um ano depois para um pouco mais da metade e em 1993 para 284 habitantes.

Essas são apenas algumas informações preliminares que conseguimos verificar ao fazermos uma pesquisa rápida sobre a região. Porém em conversas informais pudemos também verificar que além de um grande potencial turístico, essa região já desperta um interesse por parte de empresários ligados ao setor imobiliário que cobiçam as terras para repassá-las à clientes desavisados, pois as terras ali, como em todo o estado e em sua grande maioria pertencem a União. Essa exploração desenfreada pode inclusive prejudicar e descaracterizar a região fazendo com que turistas em potencial acabem perdendo o interesse pelo local. O que poderia ser transformado no que é hoje a região de Presidente Figueredo, Município distante a 80 Km de Manaus, com uma boa infra-estrutura para o turismo, pode vir a ser apenas mais um local destruído pela ação de interesses particulares, isso porque na conjuntura resultante dos processos sócios históricos que foram impressos em Tepequém incidem atualmente num panorama de um novo processo de recolonização sócio econômica não menos intenso e violento como o garimpo, mais avassalador e desterritorializador como no caso do turismo sem planejamento.

O que assistimos não é o que sempre foi pregado sobre o turismo para a região do Tepequém e o seu potencial para o mesmo, os resultados das iniciativas efetivadas têm ficado além das propostas estabelecidas para a comunidade.

Os processos e procedimentos para a implementação do turismo no estado de Roraima, devido ao fato que este possui inúmeros potenciais turísticos naturais, começam gradativamente a serem efetivados e ganham contornos equivocados e apoiados por diversas instituições públicas e privadas. No entanto a falta de planejamento, políticas públicas, articulação, desarranjos interinstitucionais dos órgãos oficiais regulamentadores das

práticas turísticas, tem direcionado as ações para outros desdobramentos com resultados impactantes em vários campos na região de Tepequém.

O que gerou um fenômeno conhecido pelos estudiosos como “turistificação” que são os impactos sócio culturais, político econômicos, ambientais e territoriais em pequenas comunidades locais receptoras do turismo sem planejamento e organização. Esse fenômeno social a “turistificação” que afeta muitas sociedades contextualiza-se segundo o pensamento de Nicolas (1996, p.49) para quem a turistificação “se ubica em una posición sociológica, desde la perspectiva del geógrafo, esto proceso és también mui real”.

Os estudiosos analisam os procedimentos de implantação do turismo heurísticamente, o que possibilita perceber as assimetrias entre as relações sócio culturais e político econômicos no espaço micro e macro dos cenários de inserção do turismo junto as populações tradicionais e comunidades locais, fomentadas através das estratégias e políticas específicas do turismo.

É possível que o turismo torne-se uma alternativa sócio econômica, portanto um equalizador social em comunidades onde existem potenciais turísticos passíveis de serem efetivados, dentro da devida regulamentação pertinente da legislação vigente e com a participação incondicional da comunidade. Os resultados chamados equalizadores sócio econômicos devem atender e primar pelas demandas e expectativas das comunidades detentoras dos potenciais turísticos, tendo sempre como base a participação e planejamento e administrações feitas pelas comunidades locais as quais são o foco das ações e das tomadas de decisões.

Assim a comunidade local, ainda que seja marcada pela desigualdade que faz parte da própria natureza das relações sociais, possui condições mais favoráveis para entrar em entendimento do que grupos que não partilham de uma mesma história. Partindo desse ponto de vista, entende-se que a comunidade local é um dos atores fundamentais entre os inseridos contemplados no processo de planejamento da atividade turística do local, e a sua exclusão é um forte elemento capaz de gerar conflito, sendo esse conflito mais intenso quando a exclusão se dá por agentes vindos de fora da comunidade. (YSSA, 2006, p. 3).

Quando existe o respeito e o reconhecimento das culturas e tradições das comunidades receptoras do turismo e o respectivo controle, organização, participação e planejamento do turismo para o baixo impacto social e ambiental, os resultados tornam-se benéficos para as suas comunidades. As tomadas de decisões para a implantação do turismo em comunidades locais devem ser analisadas e discutidas pela comunidade “minuciosamente” sem pressa e pressão política e das instituições e dos fomentadores privados (agências de turismo e do ramo imobiliário) e os agentes externos.

As políticas e negociações das ações devem estabelecer prioridades além das citadas, acrescidas de responsabilidade social e ambiental respeitando as capacidades de carga e principalmente a participação comunitária em todo o processo, focando sempre os interesses das comunidades locais. Segundo Swarbrooke (2000, p.59) “o conceito de comunidade local está na essência da maior parte da literatura sobre turismo sustentável. Segundo esse mesmo autor “a maioria dos analistas parece concordar que o aspecto mais importante da política do turismo é a 'proteção' da comunidade local e do seu meio ambiente”.

Em Roraima são vários os exemplos negativos de um pseudoturismo perverso praticado e implantado sem os devidos procedimentos e apoiados no discurso do tripé social, ambiental e econômico. Esse discurso ainda não trouxe os resultados tão pregados para as comunidades onde foram implantados.

A depredação do sítio arqueológico da Pedra Pintada com os seus belos murais de arte rupestre “pictografias” que continuam sendo retiradas as “lascas” contendo essas pinturas, além do lixo deixado pelos turistas, segundo Ribeiro (1997, p.14) “também são registrados atos de vandalismo, principalmente em locais de fácil acesso, como por exemplo, a Pedra Pintada. Placas com signos ou parte delas retiradas, marcas de tiros e nomes atuais sobrepostos às pinturas são os atos de depredação praticados”.

A cachoeira do Macaco localizado dentro da Terra Indígena de São Marcos no município de Pacaraima segue como mais um exemplo de degradação ambiental promovida pelos turistas, quando era aberta a visitação sem nenhum controle ou fiscalização por parte do estado. São resultados desse processo de turistificação que se instalou no estado de Roraima a partir da

década de 90, tendo como cenário o discurso do desenvolvimento sustentável como base e o turismo como solução sócio econômica.

O processo de turistificação é uma mão de duas vias, ao mesmo tempo em que inclui e exclui socialmente é o reverso do turismo “azul” também chamado de turismo de inclusão social, este promove fenômenos diversos sempre em detrimento das comunidades receptoras como os impactos sócio econômicos, desterritorialização, apropriação e expropriação da terra, especulação imobiliária, loteamento por políticos, degradação ambiental, desrespeito com a capacidade de carga, crescimento urbano desordenado e sem planejamento impacto nas culturas e tradições locais das comunidades receptoras, como observou Yssa.

Observa-se, entretanto, que em determinadas localidades o processo de turistificação possui uma dinâmica perversa de apropriação do espaço, o qual deixa de ser percebido como seu pela população local. Quando isso ocorre, o turismo exclui os residentes do processo de desenvolvimento, não permitindo que a mesma participe do processo produtivo, buscando recursos humanos em outras localidades. O residente passa a ser o estranho em seu próprio espaço, o que gera conflitos e não raras situações de violência na disputa pelo poder, gerando condições inóspitas para o residente, as quais se refletem no relacionamento com o turista. (YSSA, 2006, p.3).

O processo começa quando um determinado local com muito potencial turístico, que possui um fluxo pequeno de turistas desperta o interesse para a visitação muito maior do que a sua capacidade pode absorver. E o poder público e privado, políticos e empresários do setor começam a se mobilizar no sentido de efetivar esse turismo através de concessões muito generosas, distribuição de terras com fins eleitoreiros praticado pelo próprio município, loteamento irregular para a especulação imobiliária entre outros.

O espaço natural, paisagístico e de uso tradicional, começa a ser perdido quando a comunidade detentora desse espaço perde o controle do “solo” e cede o espaço para o turismo, a própria comunidade inconsciente ou conivente com a situação vende suas terras e terminam, quase sempre, à margem desse processo do turismo, tendo suas terras impactadas e expropriadas como aponta Cara.

Desde un punto de vista territorial, el turismo es gran consumidor de espacios, pero es mas productor y transformador de primeira magnitud. Es al mismo tiempo consumidor de território, es decidir, utilizador do solo del espacio sino de las condiciones sociales que le dan sentido y es sobre ese território ocupado y con sentido que impacta, (CARA, 1996, p. 86).

Com a perda do “solo” e o potencial turístico sendo o seu maior bem, a comunidade fica refém de uma sociedade “artificial” que se instala e que determina uma nova ordem e dinâmica sociocultural e política econômica que vai de encontro à comunidade local. A turistificação ainda promove uma segunda ação à sociedade artificial “políticos e empresários do turismo” agora detentores da maior parte das terras, loteiam e vendem novamente por preços exorbitantes, mas sem antes cobrar infra-estrutura do poder público. A comunidade que perdeu o seu espaço e aqueles poucos que resistiram ao processo ainda correm o risco de venderem a própria casa ou terreno para os especuladores que pretendem ampliar os espaços para os turistas. Os impactos modificam as relações sociais e culturais dos (receptores) os locais experimentam a expropriação dos seus territórios e da sua identidade tornando-se “os estranhos” quando as sociedades artificiais se instalam nessas localidades, conforme Yssa (2006, p. 3) “a lógica da competência tem um fundamento ideológico que se instaura na estrutura de poder fazendo com que os “de fora” tenham mais poder do que os “de dentro”, alterando de forma significativa as normas de convivência existentes.

Os comedores de paisagens como denomina Jost Krippendorf para o turismo mal planejado que não promove a comunidade, e ainda os expropriam as terras dos comuneiros, como informa Cara (1996, p. 86) “el turismo es tambien una forma de condicionante de la apropiación del espacio. Esta relación vertical pasa por una cadena de procesos que los geógrafos llaman “mise e tourisme ou turistification”. Na maioria das vezes a inserção do turismo ocorre dentro das comunidades com o apoio e legitimadas pelas instituições que deveriam regulamentar e promover com o devido planejamento e principalmente com a participação da comunidade ativamente em todo o processo. Na realidade a comunidade sequer sabe do que se trata o tal do “ecoturismo”, é pega de surpresa e torna-se excluída ou é usada como mão de obra barata absorvendo os trabalhos mais pesados e de menor remuneração haja visto que o turismo exige mão de obra especializada.

Pretende-se, desta forma, refletir sobre a diferença existente entre esses processos de mudanças que fazem com que, dependendo do tipo do turismo desenvolvido em um determinado lugar, suas características econômicas e culturais, é possível fazer com que a mão de obra local seja treinada, capacitada e incluída no processo produtivo, oportunizando empregabilidade ao município: e que, em outras localidades com circunstâncias históricas diferentes, por apresentarem condições objetivas que se mostram incompatíveis com a vocação turística local identificada pelos técnicos em planejamento turístico, o processo de turistificação requer a importação de recursos humanos, introduzindo em elemento que amplia o conflito e resulta na exclusão de social de parcelas da comunidade residente local. (YSSA, 2006, p. 4).

Em Roraima assistimos ao início desse processo de turistificação que começa a avançar lentamente para as regiões com potenciais turísticos junto às comunidades locais como a comunidade de ex-garimpeiros de Tepequém (Tepökíng Rei dos Tepuis) no município de Amajari na Vila do Paiva, segundo Koch Grunberg.

Um trecho mais longo para noroeste nos permite ver novamente a serra do Tepökíng agora bem próxima. Parcialmente coberta de mata, ela se estende de oeste a leste, um pouco terra adentro, com certeza uns 1000 m de altura, igual a um muro gigantesco. Sua forma é semelhante as das mesas da Guiana, de modo que pelo menos sua parte superior deve consistir em arenito. (GRUNBERG, 2006, p.165).

Ao contrário do “turismo azul” turismo que beneficia as comunidades com os dividendos sócio econômicos, a turistificação é um fenômeno negativo e perverso do turismo, que se instala e se divide em várias fases, no início a comunidade é detentora das terras e do território e dos potenciais turísticos das regiões e em alguns casos já recebem turistas de forma incipiente ou não recebem. Em seguida as empresas privadas com a ajuda do estado imprimem a idéia de que é necessário organizar o turismo criando infra-estrutura junto às comunidades receptoras, para obterem mais turistas. Esses fluxos de turistas que as comunidades recebem são muito maiores do que a capacidade de carga

que o lugar pode suportar. Mas não se cogita a implementação das políticas para as demandas sociais que estas comunidades têm geralmente saúde, educação, asfalto, energia elétrica o discurso é que com a chegada do turismo tudo vai melhorar, e com ele haverá a inserção de todos os atores sociais em torno da comunidade e das atividades turísticas.

Com a chegada do asfalto aumenta e intensifica o fluxo de turistas das comunidades de forma desorganizada e que a comunidade local não consegue absorver oferecendo os serviços necessários nem com espaço, pois a capacidade de carga é superior a sua possibilidade. Os impactos ambientais resultam desse processo, causam degradações que são irreversíveis nos espaços afetados.

Os empresários do ramo imobiliário e proprietários de agências de turismo começam a comprar terras, mas geralmente ganham essas terras de políticos que loteiam e distribui, outra ação nesse sentido são as invasões, dessa forma as terras são expropriadas das comunidades, com o apoio do estado que deveria regulamentar as ações via instituições oficiais.

Finalmente a comunidade começa a perder o controle do solo “terra”, muito dos locais os “comuneiros” vendem suas terras por preços módicos para as agências de turismo que começam a se instalar na região. Em seguida as pessoas da região no entorno desse potencial turístico aproveitam o fenômeno da turistificação para invadirem se apropriando e expropriando dessas terras com o intuito de terem um lugar perto da natureza ou como os agentes imobiliários que também se instalam nessas localidades com o objetivo meramente para a especulação imobiliária.

Essa é a realidade de Tepequém, a situação que foi instalada nessa localidade por agentes externos e indiferentes a realidade da vila que iniciaram o processo de turistificação e agora os impactos sociais, degradação ambiental, invasão de terras, fluxo de turistas além da capacidade de carga que o lugar suporta o que levou o Dep. Marcelo Cabral do PPS a fazer uma denúncia na ALE/RR.

O deputado Marcelo Cabral (PPS), denunciou durante sessão na manhã de ontem, quinta-feira, na Assembléia Legislativa de Roraima (ALE-RR), a degradação que vem ocorrendo na região do Tepequém, no município de Amajari. Segundo ele, o grande fluxo de turistas e falta de fiscalização na área tem colocado a área em risco ambiental. Segundo Cabral, está acontecendo uma ocupação desordenada na área e a prefeitura local não tem legalidade para coibir, pois as terras da região do Tepequém ainda não foram repassadas para o município e o governo do estado não tem se atentado par ao problema que vem se instalando ali. (FOLHA DE BOA VISTA. 22. 05. 2009).

A ausência de planejamento dos eventos criados que focam um público que não são turistas é o mister dessa questão. Os idealizadores dessa “turistificação” estão mais preocupados em números de pessoas e publicidade para as suas instituições do que na qualidade do público que poderia respeitar a localidade e usufruir desse espaço com racionalidade. Sem dúvida, eventos como forrós e equivalentes, que atraem centenas de pessoas não são ideais para Tepequém. Os eventos esportivos intensivos como trilhas de jeep e motos que são praticados concomitantes dentro dos roteiros das ecotrilhas produzem degradações para o meio ambiente, não são também adequados para esses ambientes.

Algumas tomadas de decisões podem frear e reverter esse processo, para isso reflexões e ações devem ser alencadas a cerca dessa situação, a comunidade que detém ou detinham os potenciais turísticos e que já iniciaram o processo de turitificação e inserção dentro das comunidades devem rever e promover debates dentro das comunidades junto aos seus líderes e representantes revendo ou delimitando todas as ações equivocadas e seus respectivos resultados e os impactos positivos e negativos procurando regulamentar as práticas segundo os interesses da comunidade como horizonte. Para isso começaram a se organizar e debater sobre as tomadas de decisões que revertam às situações que lhes foram impostas.

Os moradores da Serra do Tepequém estão preocupados com a invasão desordenada que está acontecendo naquela região, considerada pelo Ministério do Turismo como um dos 65 destinos turísticos. Segundo eles, isto ocorre devido à facilidade de acesso por conta do asfalto da estrada, o que, conseqüentemente, possibilitará a degradação mais rápida do local. Por conta disso, querem a criação de uma unidade de conservação. O pedido é da Associação de Desenvolvimento Sustentável dos Moradores do Tepequém. A solicitação foi apresentada ao Ministério Público Estadual (MPE) e à Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Femact). Alguns analisam a situação explicando que a estrada tem o lado positivo e negativo para a região. “A vantagem é que houve um aumento de turistas no local e isso é bom para quem lida com o turismo. Mas há desvantagens, como invasões, lixo, desrespeito com a comunidade, entre outras questões”, disse a superintendente do Meio Ambiente do Amajari, Francisca das Chagas Soares. (FOLHA DE BOA VISTA. 17. 07. 2009).

Não devem perder nem abrir mão do seu instrumento mais valioso e precioso a “terra”, independente do turismo ou não como informa Krippendorf (1989, p.19) “um dos elementos essenciais na busca do desenvolvimento harmonioso reside na reivindicação segundo ao qual uma comunidade turística deve conservar o poder sobre o solo e, portanto, a decisão soberana sobre a utilização do mesmo. Em nenhuma hipótese deve despojar-se de seu principal instrumento de orientação”.

A perda do controle do solo incidirá diretamente no seu futuro levando-os para outra direção e fora dos interesses da comunidade acarretando-lhes sérios transtornos inclusive a dependência política e econômica resultados da produção da monocultura turística que geram outros desdobramentos como drogas e prostituição que não vamos nos ater aqui.

Para que isso não ocorra a comunidade pode organizar, planejar, administrar construir pousadas, oferecer os serviços através da própria comunidade que poderia ser uma saída a curto prazo, bem como a formação de uma agência de turismo administrada pela comunidade, controle da capacidade de carga e mapeamento dos potenciais turísticos e incrementação dos produtos artesanais para venda, desenvolver outras atividades produtivas e alternativas em outros campos para não criar a dependência turística evitando a “monocultura turística” criar e elaborar um conjunto de atividades que atraiam turistas sem comprometer o meio ambiente, valorizando mais a comunidade.

Os festivais, eventos e atividades que são criados para atrair turistas para Tepequém têm o intuito também de valorizar a localidade, no entanto, sem planejamento e organização e principalmente sem a participação da comunidade nesse processo o resultado são os impactos e degradação ambiental. As atividades também são geradas e criadas artificialmente impositivamente indo de encontro e em detrimento da cultura local com as suas manifestações, um conjunto de atividades alienígenas (produção de eventos) são criados exteriores a realidade da localidade.

A concentração massiva de pessoas nesses eventos que na sua grande maioria sequer são turistas capitalizados, não consumindo os produtos e serviços das localidades receptoras, deixa de gerar renda direta na localidade.

Assim poderíamos concluir que a maneira como se instalou e se desenvolveu as ações do turismo em Tepequém na atualidade, não trouxeram os resultados sócio econômicos esperados e almejado para toda a comunidade. Aliás, as práticas turísticas desenvolvidas nos pontos turísticos de Roraima só trouxeram degradação ambiental, prejuízos e impactos socioculturais de todas as ordens para as localidades receptoras, deixando assim de cumprir com as propostas e metas apresentadas como emprego e distribuição de renda.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARA. R. B. Território y los procesos de transformación territorial. In: RODRIGUES A. B. Turismo e geografia – Reflexões teóricas e enfoques regionais. Ed. Hucitec. São Paulo. 1996. 274p.

FOLHA DE BOA VISTA. 22.05 2009. Disponível em: [http://www.folhabv.com.br/fbv/Noticia\\_Impressa.php?id=66349](http://www.folhabv.com.br/fbv/Noticia_Impressa.php?id=66349) Acesso em. 17 de julho de 2009

GRUNBERG. K. Do Roraima ao Orinoco. V1. Observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913. Trad. Franco. C. A. São Paulo. Ed. UNESP. 2006. 374p.

GUERRA, Antônio Teixeira. Estudo Geográfico do Território do rio Branco. Rio de Janeiro. Gráfica do IBGE, 1957.

YSSA S. M. Processos de turistificação: Dinâmicas de inclusão exclusão de comunidades locais; IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL Universidade de Caxias do Sul – Mestrado em Turismo Caxias do Sul, RS, Brasil – 7 e 8 de julho de 2006.

Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju, Editado em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro. IBGE; 1981.

NICOLAS. D. Elementos para uma análise sociogeográfico Del turismo In: Rodrigues A. B. (org). Turismo e geografia – reflexões teóricas e enfoques regionais. Ed. Hucitec. São Paulo. 1996. 274p.

RIBEIRO. P.A.M. In: BARBOSA. R. I. (Ed). Homem, ambiente e ecologia no estado de Roraima. INPA. Manaus. 1997. 630p.

RODRIGUES A. B. (Org). Turismo e geografia – Reflexões teóricas e enfoque regionais. Desafios para os estudos do turismo. Ed. Hucitec. São Paulo. 1996. 274p.

RODRIGUES, Fracilene dos Santos. “Garimpando” A Sociedade Roraimense: Uma Análise da Conjuntura Sócio-política. Belém. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Pará. 1996.

SWARBROOKE J. Turismo sustentável: meio ambiente e economia. Vol. 2. Trad. Esther Eva Horovitz. São Paulo: Aleph. 2000.

KRIPPENDORF, J. Sociologia do Turismo: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Brasil: Civilização Brasileira, 1989. 235.p.

VIEIRA, Elaine Machado. A Exploração de Diamantes em Roraima - 1939 a 1970. Santa Maria. UFSM: 1971.

VIEIRA, Jaci Guilherme. Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a disputa pela Terra. 1777 a 1980. Boa Vista. Ed. UFRR. 2007